

Expulsão e retorno: estratégias dos Xavante de Parabubure e de Marãiwatsédé para a demarcação de seus territórios

Expulsion and return: strategies from Xavante of Parabubure and Marãiwatsédé for demarcation of their territories

Natália Araújo de Oliveira¹

Resumo

Os Xavante ou A'uwê (gente), como se autodenominam, é um povo indígena que pertence à família linguística Jê, do tronco Macro-jê, situados no leste do estado de Mato Grosso. Eles chegaram ao estado entre 1820-1870 vindos da Província de Goiás fugindo do contato com os não índios. No Mato Grosso, criaram a “aldeia mãe” Tsõrepré e, após 30 anos ali, ocorre uma cisão no grupo, que se divide: uma facção permanece próxima a Tsõrepré, uma migra para a região de Marãiwatsédé e outra para perto do rio Couto Magalhães. Com as políticas desenvolvimentistas empregadas a partir do governo Vargas (1930-1945), os Xavante são contatados pelos não índios e expulsos de seus territórios por meio de remoções forçadas e ataques criminosos. O presente trabalho tem por objetivo analisar as táticas dos Xavante para retomar seus territórios, em especial a TI Marãiwatsédé e TI Parabubure. É uma pesquisa qualitativa que faz uso de entrevistas e falas dos Xavante divulgadas em diferentes plataformas. Como resultado, a pesquisa mostrou que a TI Parabubure foi demarcada no contexto de fim da ditadura militar e, para pressionar o governo, os Xavante iam a Brasília, ocupavam os órgãos governamentais e faziam “performances culturais” a fim de atrair atenção às suas demandas. Já a devolução da TI Marãiwatsédé, que teve sua demarcação estabelecida após a Constituição Federal de 1998, foi marcada por estratégias que aliaram a atuação do Ministério Público Federal à pressão dos Xavante em eventos de grande visibilidade, como a Eco 92.

Palavras-chave: Xavante; Demarcação de terras indígenas; TI Parabubure; TI Marãiwatsédé

Abstract

The Xavante or A'uwê (people), as they call themselves, are an indigenous people belonging to the Jê linguistic family, of the Macro-jê trunk, located in the eastern state of Mato Grosso. They arrived in the state between 1820-1870 from the Province of Goiás fleeing contact with non-Indians. In Mato Grosso, they created the “mother village” Tsõrepré and, after 30 years there, a split occurs in the group, which is divided: one faction remains close to Tsõrepré, one migrates to the region of Marãiwatsédé and another near the Couto Magalhães river. With the developmentalist policies employed since the Vargas government (1930-1945), the Xavante are contacted by non-Indians and expelled from their territories through forced removal and criminal attacks. This work aims to analyze the Xavante's tactics to retake their territories, in particular the TI Marãiwatsédé and TI Parabubure. It is a qualitative research that uses Xavante interviews and speeches

¹ Bacharela em Turismo pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2008), mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2010) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017), com período sanduíche na University of California, San Diego. E-mail: natalia.oliveira@ufrgs.br

published on different platforms. As result, the research showed that TI Parabubure was demarcated in the context of the end of the military dictatorship and, to put pressure on the government, the Xavante went to Brasília, occupied government agencies and made “cultural performances” in order to attract attention to their demands. The return to TI Marãiwatsédé, which had its demarcation established after the Federal Constitution of 1998, was marked by strategies that combined the performance of the Federal Public Ministry with the pressure from the Xavante in high visibility events, such as Eco 92.

Keywords: Xavante; demarcation of indigenous land; Indigenous Land Parabubure; Indigenous L and Marãiwatsédé

Introdução

Na década de 1970 e no início da década de 1980, os Xavante² se tornaram conhecidos no cenário nacional. Desse período, é icônica a figura do Cacique Celestino andando por Brasília de bermuda, colar (*tsõrebzu*), borduna e pasta na mão³. Dentro da pasta havia reivindicações de gerações de Xavante inconformadas com a não demarcação de seus territórios e com a venda de suas terras a grandes empresas agropecuárias, como a Fazenda Xavantina, fruto de área Xavante vendida ao poder privado na década de 1960. Cacique Celestino, assim como outros Xavante de diferentes áreas indígenas, transformava seu corpo e sua fala em veículos de mensagens durante as reuniões políticas na capital do país, usando suas gestualidades e performances para chamar atenção às suas demandas.

Anos depois, mais precisamente durante a Eco 92, a batalha dos Xavante pela retomada do território tradicional Marãiwatsédé, também conhecida como Suiá-Missu, ou *a maior fazenda do mundo*, ganha repercussão mundial a partir do alcance do evento. O Cacique Damião Paridzané participa ativamente de todo o processo, que termina apenas em 2012, com a desintrusão de não índios do território, após disputas jurídicas que ganham repercussão nacional e situações de conflito patentes.

Ambas as histórias são apenas algumas das tantas que revelam as lutas travadas por povos indígenas brasileiros ao buscar a demarcação de suas terras e cada uma tem sua

² Sigo a convenção etnográfica para a grafia dos nomes indígenas, definida durante a primeira reunião de Antropologia da Associação Brasileira de Antropologia em 1953. Os nomes dos grupos indígenas iniciarão com letra maiúscula e não terão flexão de gênero e de número.

³ A imagem pode ser conferida em: <http://image.wikifoundry.com/image/3/0av8eRXeDuqfuLhbVRTfOw271945/GW206H290>.

especificidade, ainda que se esteja falando dos Xavante, pois embora seja uma etnia, não devem ser tratados como único povo haja vista seu faccionalismo. (MAYBURY-LEWIS, 1974; RITE, 2017).

É com essa perspectiva que o trabalho aqui apresentado surge, tendo como objetivo analisar as táticas dos Xavante para retomar seus territórios, em especial os Xavante da terra indígena Marãiwatsédé e da terra indígena Parabubure. Ao narrar o enredo de demarcação desses dois territórios, o trabalho sinaliza ao leitor o protagonismo dos Xavante frente à demanda por demarcação de terras no contexto nacional e as estratégias estabelecidas ao longo dos anos. Com o intuito de alcançar o objetivo proposto, a pesquisa se vale de diferentes fontes bibliográficas e de jornais, além de falas dos Xavante em entrevistas a autora, ou mesmo em outras plataformas.

Inicialmente, apresento ao leitor o Povo Xavante, com uma rápida caracterização sociocultural e histórica, chave para o entendimento das estratégias adotadas ao longo do contato com o não índio. Em seguida, destaco o histórico da Terra Indígena (TI) Parabubure, criada a partir da desapropriação da Fazenda Xavantina na década de 1970 e posteriormente enfatizo uma das mais recentes TI Xavante – Marãiwatsédé, homologada após décadas de disputas judiciais, dando destaque aos posicionamentos dos indígenas nesses processos e refletindo sobre a maneira utilizada para lutar pelo seu território.

Os Xavante e as políticas de desenvolvimento

Os Xavante, que se autodenominam como A'uwe (gente), estão situados na Serra do Roncador e pelos vales dos rios das Mortes, Culuene, Couto Magalhães, Batovi e Garças, no leste do estado de Mato Grosso. Sua população, em 2020, de acordo com Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) era de 22.256 pessoas (ISA, 2020). Os Xavante fazem parte do grupo *Akuen*, da família linguística Jê, tronco Macro-Jê. (MAYBURY-LEWIS, 1974).

Quanto às Terras Indígenas (TI)⁴ dos Xavante, exceto as TIs Chão Preto⁵ e Ubawawe⁶ que são contíguas a TI Parabubure⁷, as demais são geograficamente

⁴ Consta no site da Funai (2020) que as TIs Areões, Chão Preto, Ubawawe, Marãiwatsédé, Marechal Rondon, Parabubure, Pimentel Barbosa, Sangradouro/ Volta Grande e São Marcos estão em situação regularizadas e a Wedezé delimitada.

⁵ Localizada no município de Campinópolis, com 328 habitantes. (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

⁶ Localizada no município de Novo São Joaquim, com 491 habitantes. (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

⁷ Localizada nos municípios de Água Boa, Campinópolis e Nova Xavantina, é a TI com maior quantidade de indígenas, 8.392 habitantes no total. (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

descontínuas, sendo essas: Marechal Rondon⁸, Marãiwatsédé⁹, São Marcos¹⁰, Pimentel Barbosa¹¹, Areões¹², Sangradouro/Volta Grande¹³ e Wedezé¹⁴. (ROCHA, 2018; FUNAI, 2020). O presente trabalho está focado nas TIs Parabubure e Marãiwatsédé. A figura 1 mostra o mapa com as TIs Xavante homologadas até o ano de 2010:

⁸ Localizada no município de Paranatinga, com 548 habitantes. (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

⁹ Localizada nos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, com 1.945 habitantes. (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

¹⁰ Localizada no município de Barra do Garças, com 3.130 habitantes. (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

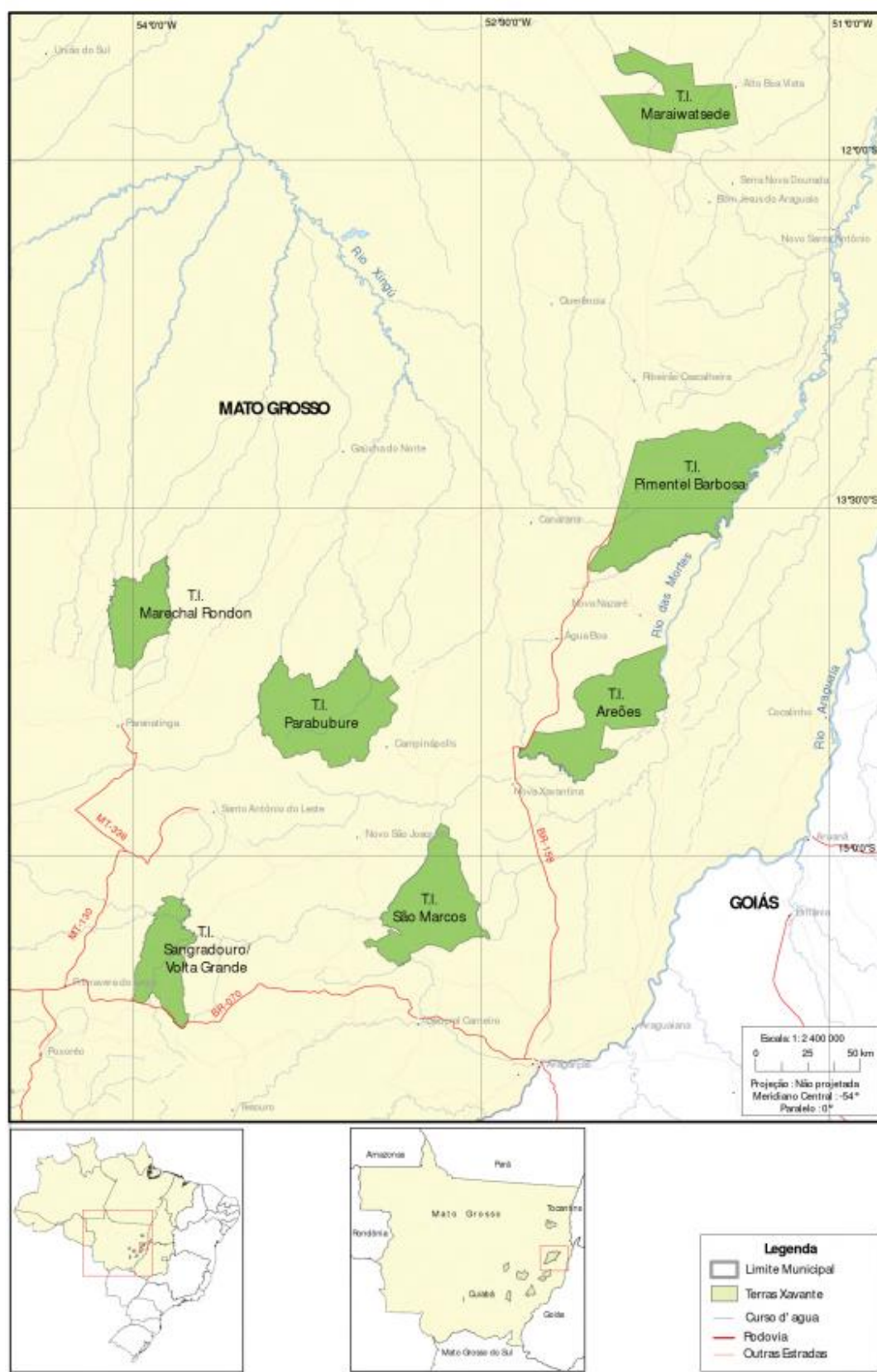
¹¹ Localizada nos municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira, com 1740 habitantes. (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

¹² Localizada no município de Água Boa, com 965 habitantes. (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

¹³ Localizada nos municípios de Novo São Joaquim, General Carneiro e Poxoréo, com 882 habitantes. (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

¹⁴ Localizada no município de Cocalinho, com 100 habitantes. (ISA, 2011).

Figura 1: Mapa da localização das Terras Indígenas Xavante homologadas, Mato Grosso, 2010



Obs: Parabubure inclui as TI Chão Preto, Parabubure e Ubawawe
 Fonte: WELCH et al. 2013, p. 60

Segundo relatos orais dos Xavante, o primeiro contato com não índios ocorreu no litoral, região distante do Brasil central onde vivem hoje. (OLIVEIRA, 2017). Entretanto, a primeira menção em documentos consta de 1751 – um mapa desenhado por Francisco Tossi Colombina. Neste, os Xavante estavam situados entre os rios Araguaia e Tocantins, região norte da então capitania de Goiás, hoje estado do Tocantins. (GRAHAM, 1995).

Entre 1820 e 1870¹⁵ os Xavante cruzaram o Araguaia em direção à província do Mato Grosso (onde hoje é o estado de Mato Grosso), vindos da província de Goiás. Foi nesse momento de travessia do rio Araguaia que os Xavante se separaram dos Xerente, povo da mesma família Jê, que hoje habita o estado do Tocantins. (MAYBURY-LEWIS, 1974; RAVAGNANI, 1991). De acordo com Welch *et al.* (2013, p.21), é “quase certo que a separação dos Xavante dos Xerente, bem como a retirada cruzando o Araguaia, foram causadas pela expansão das frentes demográficas”.

Os limites do novo território eram o rio das Mortes ao sul, que separava os Xavante de seus inimigos mortais, os Borôro, o rio Araguaia a leste, que os afastava do mundo “civilizado”, ao nordeste o limite era o rio Tapirapé, a oeste a Serra do Roncador. (RAVAGNANI, 1991).

Na nova região, os Xavante fundaram a aldeia *Tsôrepre*¹⁶, considerada a “aldeia mãe” (LOPES DA SILVA, 1998) e “aldeia ancestral de referência” (GRAHAM, 1995). Após cerca de trinta anos nesse local, ocorreu uma cisão no grupo (DE PAULA, 2007). Uma facção migrou para a região perto do rio Couto Magalhães (“Lagoa”), duzentos quilômetros a sudoeste; outro grupo se mudou para cerca de cem quilômetros ao norte, até a região de Marãiwatsédé e essas novas aldeias também se subdividiram. (GARFIELD, 2014; RITE, 2017). Graham (1995) e De Paula (2007) apontam que um terceiro grupo permaneceu pelas cercanias do rio das Mortes. O trabalho fará referência aos grupos que migraram para as regiões de Couto Magalhães e de Marãiwatsédé.

De Paula (2007, p. 228) explica que esse conflito intergrupar que ocorreu foi bastante grave, a ponto de resultar nessa diáspora entre os grupos locais Xavante ali abrigados. O autor esclarece que:

¹⁵ A data da travessia diverge entre os especialistas: Maybury-Lewis (1991) fala em 1840, Darcy Ribeiro (1996) afirma ser 1859, Giaccaria e Heide (1984) estabelecem a data entre 1860-1870 e Ravagnani (1911) aponta 1820. Welch (2013) afirma documentos históricos de 1880 confirmam a presença Xavante na região.

¹⁶ De acordo com De Paula (2007), a aldeia *Tsôrepre* vai receber diferentes nomes - como *Isôrepre*, *Sôrepre* - não apenas pelos interlocutores Xavante que narram as histórias, mas também pelos autores que as descreveram.

A partir desse momento inaugural desta situação histórica não haverá mais referências à presença dos “brancos” (warazu) nos processos de fissão ocorridos entre os grupos locais xavante. Esse fato é significativo já que se distingue completamente do padrão ocorrido tanto na “região de partida” – antes da travessia do Araguaia -, como daquele que viria a se manifestar décadas depois do quando do (re)contato dos grupos locais xavante com a sociedade nacional: nestas duas situações históricas o padrão fragmentário xavante associa compulsões de ordem nativa como aquelas provenientes do contato com a sociedade nacional.

Como comenta Maybury-Lewis (1974, p. 250), os Xavante são conhecidos pelo seu faccionalismo:

a facciosidade é um fato básico da vida Xavante; faz parte do esquema geral em termos do qual as pessoas orientam seu comportamento e ordenam suas categorias conceituais. As facções competem eternamente por poder e prestígio assim como pelo prêmio maior: a chefia [...].

Por um certo período os Xavante foram deixados relativamente em paz em virtude da distância que se encontravam das importantes fronteiras demográficas e econômicas, que eram na região do Rio Guaporé no Pantanal, longe dos territórios Xavante. (WELCH *et al* 2013). Entretanto, constantes expedições surgiam a sua procura, como a dos padres salesianos Sagilotti e Fughs, que foram mortos em 1934. Os Xavante davam a entender a todo momento que não queriam contato com o não índio, o que porém não foi possível a partir das políticas de colonização criadas a partir do governo Vargas, em especial a partir da Marcha para o Oeste, de 1938.

Nesse projeto nacionalista do governo getulista, estava contemplada a criação de colônias agrícolas nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Paraná e Goiás. O intuito era que famílias de proprietários rurais, pobres e com aptidão para serviços agrícolas fossem fixadas. (ESTERCI, 1977). Contudo, mais que um projeto para a criação de colônias agrícolas, a *Marcha para o Oeste* foi uma política de desenvolvimento para o interior, incluindo ainda a abertura de estradas, obras de saneamento rural, construção de hospitais. A mensagem é que o Oeste “desabitado” deveria ser ocupado pelo *progresso*, evidentemente a partir de valores do homem branco. (OLIVEIRA, 2017).

Nesse contexto, deixar os Xavante em seus territórios se mostrava um empecilho às políticas desenvolvimentistas do governo Vargas. Logo, o contato amistoso com os Xavante se fazia imprescindível, o que aconteceu de forma pacífica somente no ano de 1946, após tentativas anteriores frustradas em virtude da já mostrada falta de interesse em ter contato com o não índio.

Vale destacar que, na cosmologia Xavante, foram eles que amansaram os brancos, o que se revela importante quando se pensa na maneira como eles lidam com a sociedade envolvente e com a Fundação Nacional do Índio (Funai). O sertanista Francisco Meireles, o primeiro a manter contato pacífico com estes indígenas em 1946, ao se aproximar do chefe Xavante Apoená, recebeu de presente um colar, que foi colocado em seu pescoço com palavras cuja tradução literal seria: “Amanso-te branco!”.

Acerca dessa premissa Xavante de que o contato pacífico se faz a partir da sua iniciativa, um Cacique Xavante me explicou: “Aqui na Xavantina meu pai amansou branco. Meu pai amansou, por isso eu estou aqui. Eu não quero Campinópolis¹⁷, não quero Água Boa¹⁸, eu estou lutando aqui, meu pai chegou primeiro aqui na Xavantina, amansou branco¹⁹”. A Xavantina que o indígena se refere é a cidade de Nova Xavantina, um dos municípios criados a partir da *Marcha para o Oeste* e que recebeu grandes incentivos para a ocupação de suas áreas durante a ditadura militar. Em seu nome, a cidade homenageia os Xavante. Esse foi um dos municípios visitados em 1944 pelo presidente Vargas antes ainda da pacificação dos Xavante.

Posterior a esse encontro pacífico, o governo estadual prometeu criar territórios indígenas e, conforme Davis (1978), por um curto período de tempo parecia que a promessa seria cumprida. Em 1950 foi promulgado o Decreto Estadual n.º 903, que reservava aos Xavante as terras ocupadas em Barra do Garças²⁰ (do Posto Indígena Pimentel Barbosa ao Posto Indígena Areões). Entretanto, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) deveria inspecionar a área no prazo de dois anos, o que não ocorreu. (DAVIS, 1978).

Maybury-Lewis (1974) explica que, antes mesmo desse prazo finalizar, as áreas já haviam sido vendidas pelo governo do estado. Ainda de acordo com o autor, condição semelhante foi estabelecida em 1956, por meio do Decreto Estadual n.º 948, de 15 de dezembro, no qual a Assembleia Legislativa aprovou a cessão de terras à margem esquerda do Rio das Mortes ao SPI para o usufruto dos Xavante a partir da condição de que fosse inspecionada pelo órgão, o que não aconteceu.

Na década de 1970, os Xavante são novamente atingidos por políticas desenvolvimentistas criadas para a Amazônia Legal Brasileira. O lema de proteção das

¹⁷ A cidade de Campinópolis tem uma população estimada de 16.919 habitantes (IBGE, 2020) e fica a 87 quilômetros de Nova Xavantina, cidade a qual o Cacique Xavante faz referência.

¹⁸ A cidade de Água Boa tem uma população estimada de 20.856 habitantes (IBGE, 2020) e fica a 86 quilômetros de Nova Xavantina, cidade a qual o Cacique Xavante faz referência.

¹⁹ Entrevista realizada na cidade de Nova Xavantina em 2015.

²⁰ Maior município do leste mato-grossense, com população estimada em 61.135 habitantes. (IBGE, 2020).

fronteiras nacionais continua, a diferença é que a ditadura militar brasileira tem como foco a instalação de grandes empresas agropecuárias na região. Para tanto, vários incentivos fiscais são liberados, concomitante à criação de órgãos públicos e ainda programas de governo para incentivar a ocupação do espaço (novamente ignorando a presença de povos indígenas).

O governo transformou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), cujo objetivo era elaborar planejamentos quinquenais para valorizar a região com o intuito de integrá-lo ao país por meio do desenvolvimento de sua economia. Criou também o Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha por meta implantar projetos de colonização e estender a rede rodoviária nesta região. A isenção fiscal era usada como estímulo e todos os projetos apoiados pela Sudam estabelecidos antes de 1982 foram beneficiados com 50%, enquanto os estabelecidos antes de 1972 (prazo posteriormente estendido até 1975) foram totalmente isentos. (CARDOSO; MÜLLER, 1977).

As políticas econômicas para a ocupação da Amazônia foram efetivas e a área habitada pelos Xavante foi uma das mais ocupadas pós 1964. Por exemplo, entre 1966 e 1970, a Sudam aprovou 66 projetos agroindustriais nos municípios de Barra do Garças e Luciara e, onde predominava a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, com a dominação de grandes empresas nacionais e estrangeiras, cujo resultado foi a região ter se transformado em uma das maiores produtoras de arroz do país (DAVIS; 1978; LOPES DA SILVA, 1998; MENEZES, 1982), e também com grande produção agropecuária, sendo a Fazenda Suiá-Missú, da qual irei falar adiante, considerada por muito tempo a *maior fazenda de gado do mundo*, com uma extensão de terra entre 500 mil e 800 mil hectares. (MENEZES, 1982; DAVIS, 1978; CASALDÁLIGA, 1971).

Oliveira (2016, p. 283) afirma que os Xavante foram os povos mais atingidos por essas políticas desenvolvimentistas durante a ditadura militar, pois em seus territórios foram estabelecidos a maioria dos projetos agropecuários resultantes dessas políticas. Ainda de acordo com o autor: “a abertura de fazendas financiadas e incentivadas pela SUDAM se incumbiu do contato com os nativos e a consequência foi uma sucessão de genocídios e etnocídios”.

A tensão ficou patente e conflitos entre indígenas e donos de fazendas foram registrados. Para solucionar as desavenças, o governo brasileiro entendeu que era o momento de demarcar as terras indígenas Xavante, mas no menor espaço possível. Porém, como Menezes (1982) explica, contra a demarcação de territórios indígenas havia uma

grande rede de grilagem que se apossava de seu território e se estendia do centro de poder político e econômico ao campo. Ações como vistas grossas de agrimensores, responsáveis por informar ao SPI sobre ocupação indígena – que inviabilizaria a venda da área – eram constantes, pois muitos deles recebiam propinas, atuavam como agentes imobiliários e se tornavam grandes proprietários de terra.

É a demarcação das TIs Xavante, em especial a de Parabubure na década de 1970, que o próximo tópico aborda, dando atenção aos indígenas e suas táticas de pressão no governo para a regulamentação de seus territórios.

A Terra Indígena Parabubure e a pressão política em Brasília

Para falar da TI Parabubure volto à década de 1950²¹, quando os Xavante da região de Couto Magalhães e Culuene – onde hoje está a TI discutida – começaram a ser acudados pelos não índios. Em 1951 se tem notícias de grupos de fazendeiros viajando de Barra do Garças para atacá-los. Até então havia nessa área dez diferentes aldeias ainda não contatadas pelo SPI. (GARFIELD, 2011). Há relatos de estratégias genocidas, com invasão armada a suas aldeias, doação de roupas contaminadas propositalmente, carne envenenada, assassinato (DE PAULA, 2007; SBARDELLOTTI, 1996; GIACCARIA; HEIDE, 1984), que culminaram com o exílio desses indígenas em 1958 para as missões salesianas de Sangradouro e São Marcos, além de grupos que foram para os postos de Simões Lopes e Batovi, mantidos pelo SPI. (GARFIELD, 2011).

Um dos indígenas entrevistado conta sobre esses ataques:

A aldeia Parabubure, fazendeiros atacaram, em 1955, atacaram os Xavante de lá de Parabubure. Então em 1955 [...] o pessoal de Parabubure saiu de lá, por ser atacado por fazendeiros, e foram lá na missão salesiana de Sangradouro. E outra turma [...] foi no colégio São Marcos. [...] nós fomos perseguidos pelos bandeirantes, pelos posseiros, aí nós tivemos que ir para área de Sangradouro e o cacique Pio foi para área de São Marcos e Celestino pra Sangradouro, comigo. [...] ²².

²¹ Após a migração da “aldeia mãe” *Tsõrepre* é formada a aldeia *Ete’rã’u’rã’Wawe* (“pedra branca grande”). Um conflito entre os Xavante de *Ete’rã’u’rã’Wawe* com os Xavante que ficaram em *Tsõrepre* faz com que uma parte do “grupo de atacantes” do conflito de *Ete’rã’u’rã’Wawe* forme a aldeia *Wabdzèrèwaprè* (“espécie de espinho”), vindo a inaugurar a ocupação da bacia do rio Culuene e Couto Magalhães. A aldeia *Wabdzèrèwaprè* é abandonada em virtude de uma epidemia e seus grupos locais fundam *Wedetede* (“pau para festa”), na beira do rio Couto Magalhães. Um novo conflito ocorre e duas aldeias são criadas: um conjunto de grupos locais vai para a margem direita do rio Culuene e funda *Oniudu* (“córrego curto”) e outro conjunto segue para as cabeceiras do rio Couto Magalhães e funda *Parabubu* (“espécie de batata nativa azeda”). (DE PAULA, 2007).

²² Entrevista realizada pela autora em julho de 2015 na cidade de Nova Xavantina.

Os fazendeiros lograram sucesso em suas investidas e em 1958 toda a população Xavante da região de Couto Magalhães – Culuene havia fugido (GARFIELD, 2014), indo para postos indígenas criados pelo SPI na região oeste do rio Culuene – rios Batovi e Paraíso – como para missão salesiana de Sangradouro. (DE PAULA, 2017). De Paula (2017) explica que entre 1953 e 1959 os grupos locais dessa região foram quase que exterminados.

Um pedaço do território Xavante, que posteriormente foi demarcado como TI Parabubure, foi vendido pelo governo a dois norte-americanos (que eram donos de onze propriedades entre 1966 e 1968) ainda na década de 1960 e nomeado de Fazenda Xavantina, que tinha como atividade a pecuária e possuía 109.922 hectares. Em 1969, a fazenda foi vendida para o General Clóvis Ribeiro Cintra, diretor de uma empresa de transportes sediada no Paraná, a Amurada – Planejamento e Projetos de Engenharia Ltda. (GARFIELD, 2014).

É na década de 1960 que os Xavante dessa área começam as mobilizações para o retorno ao seu território, tendo seu ápice de manifestações em prol da causa, com incursões recorrentes a Brasília, na década de 1970 e 80. De acordo com De Paula (2007), as demandas pela recuperação dos territórios localizados nessa região foram inicialmente organizadas pelo líder xavante Benedito Loazo e, no ano de 1967, o governo do estado do Mato Grosso destinou 10.000 hectares de uma área para o grupo desse líder. Segundo Sbardoletto (1996, p. 110), “com a volta do Benedito ao Couto Magalhães, os missionários tiveram conhecimento dos propósitos secretos dos Xavante, tanto de São Marcos como de Sangradouro, a respeito de seu antigo território, e sua vontade inabalável de lá voltar”.

Essa “doação” de terras, pelo estado, ao grupo de Benedito faz com que outros locais de Xavante se sentissem estimulados a retornar e retomar frações de seus antigos territórios locais de maneira a ocupar as áreas em que estavam antes de serem expulsos. (DE PAULA, 2007). Ao longo da década de 1970, diferentes grupos foram voltaram à região: em novembro de 1972 cerca de 150 exilados de São Marcos se estabeleceram na região do Couto Magalhães; em dezembro de 1973, 34 Xavante de Batovi retornaram à região do rio Culuene; em março de 1974 toda a aldeia de Paraíso (localizada no posto Simão Lopes), mudou-se para as margens do rio Culuene, e até meados de 1976 cerca de quinhentos indígenas haviam retornado à região do Culuene. (GARFIELD, 2011).

Lopes da Silva (1986) explica que a situação era bastante tensa entre 1975 e 1980 na região e que a disputa de terra tomou proporções trágicas. Conta ainda que os oitos

sítios arqueológicos dentro da Fazenda Xavantina foram destruídos por tratores de modo a apagar os vestígios da ocupação desse grupo étnico – mais que vestígios, provas de posse daquela terra.

Entre os grupos que retornaram à região e que estabeleceram pautas políticas de demarcação de terras indígenas em Brasília destacou-se o de Celestino Tsererob'o, que na década de 1970 tornou-se figura constante em Brasília, sendo icônica a fotografia do indígena andando pela cidade com uma borduna e uma pasta na mão. Antes ainda de falar sobre Celestino e sua atuação política, é necessário perceber o contexto em que essa atuação política ocorreu. Como afirma Maybury-Lewis (1990, p. 12):

Nos anos setenta, ouvíamos os ecos de suas batalhas [dos Xavante] para proteger suas terras e particularmente da luta feroz que os Xavante mantinham contra os fazendeiros invasores. Eles não eram mais os guerreiros nus que tínhamos conhecido. Ainda eram guerreiros, mas eram agora suficientemente experientes para saber que não podiam simplesmente lutar e vencer, e suficientemente sofisticados para saber como apoiar seus objetivos fazendo política na capital do país.

Fernandes (2005) explica que os Xavante percebem como poderiam usar os mecanismos de pressão existentes na sociedade brasileira, usando-os a seu favor para reivindicar seus direitos, indo constantemente à Brasília com o intuito de pressionar os funcionários e órgãos do Estado. No mesmo sentido, Garfield (2011) também esclarece que este povo indígena percebeu que poderia usar várias formas de mobilização política – tais como apelos, ações extralegais e violência simulada para forçar o regime autoritário a modificar seus projetos.

Conforme Fernandes (2005, p.27), aos poucos os Xavante foram conhecendo e sabendo usar os mecanismos de pressão existentes na sociedade brasileira, e revelando incrível originalidade nas suas formas de reivindicação. Dessa forma, afirma o autor:

Acesso costumeiro à imprensa, a realização de “performances culturais” (indivíduos pintados e discursando em sua própria língua e com borduna na mão) realizadas nos corredores ou salas de Ministérios ou da Funai, invasão de gabinetes, sequestros de ônibus, são apenas uma amostra da determinação, da imaginação, com que se dedicam à perseguição de seus objetivos.

Pensando no contexto histórico, é necessário notar que o surgimento dos Xavante na cena pública não pode ser analisada separadamente do momento político que o país atravessava, isto é, eles tinham o apoio da imprensa nacional na cobertura de suas ações,

visto que apoiá-los era, de alguma maneira, ir contra o *status quo*. Como salientam Garfield (2011) e Fernandes (2005), com a censura vigente, a luta contra o regime acontecia nas entrelinhas.

Um chefe político Xavante entrevistado por De Paula (2007, p. 264) conta um pouco sobre como ocorreram as demarcações e as idas à Brasília:

Em 1972, chegou quatro famílias. Aqui só fazendeiro. Posseiro. Então fazendeiro e posseiro está juntando, brigar contra nós. Xinga muito comigo. [...] Cheguei primeiro em Brasília, dia 15 de dezembro de 1974. Saí para cá Brasília, estrada de Goiânia [...]. Eu pedi primeiro área. Mas presidente Funai, general Ismart Araújo Oliveira, ele marca área da tapera antiga [...].

De Paula (2007) afirma que essas idas constantes para pressionar o governo em Brasília e oficializar suas demandas seria, na perspectiva Xavante, um “amansamento do branco”. Vale lembrar, como já comentado anteriormente, que a cosmologia Xavante explica que eles amansaram o não índio, de maneira a centrar em si a perspectiva de contato e, neste caso, de demanda de suas requisições.

Em 1972, o governo federal decretou a demarcação de cinco reservas Xavante em Mato Grosso, contudo eram pequenas áreas e de solo com péssima qualidade. Mesmo que fosse para ficar em um pequeno território, os Xavante exilados começaram a retornar, enfrentando crise de suprimento de alimento e de serviços de saúde. Também estavam insatisfeitos com o tamanho da reserva, o que desagradou os fazendeiros da região. (GARFIELD, 2014).

Em 1974, o proprietário da Fazenda Xavantina enviou uma carta ao Ministério do Interior lembrando um acordo que havia sido fechado dois anos antes (com o então ministro da pasta, Costa Cavalcanti, e o Presidente da Fundação Nacional do Índio – Funai, Bandeira de Mello), em que a fazenda cedera 5.000 hectares de sua área para aumentar a reserva de Couto Magalhães, então sob estudo. Isso permitiria à Funai apaziguar a pequena comunidade Xavante que vivia na área. Em contrapartida, a fazenda recebeu uma certidão negativa²³, um documento atestando que suas terras não adentravam o território indígena, permitindo acesso aos incentivos fiscais da Sudam. Como era de se imaginar, a Fazenda Xavantina lucrou com o acordo e, em 1979, já possuía cerca de dez

²³ Entre 1969 e 1977, a FUNAI emitiu 23 destas certidões a proprietários cujas terras estavam compreendidas em território Xavante pré-contato na região de Couto Magalhães-Culuene. (GARFIELD, 2014).

mil cabeças de gado, que pastavam em 6.750 hectares, além de mil hectares de arroz colhido. (GARFIELD, 2014).

Como parte do acordo, a Funai barraria futuras migrações para a reserva e os que lá já estavam seriam agrupados no grupo do Cacique Benedito Loazo (que era pago mensalmente pela Fazenda para dissuadir os índios de atacarem o gado e de demandarem territórios tradicionais). Entretanto, diferentes grupos de Xavante começaram a retornar e a cobrar do governo a criação de uma nova reserva, o que enfureceu os políticos e as elites do Mato Grosso. Os apelos formais feitos por esses ao Estado eram apenas uma estratégia para impedir a criação de uma reserva. Aos índios e aos funcionários locais da Funai, os funcionários da fazenda ressaltavam que tinham jagunços para resolver a questão. (GARFIELD, 2011; 2014).

Como estratégia, os fazendeiros deslocaram oitenta famílias de posseiros para a região do Culuene, buscando lucrar com uma guerra entre os posseiros e os indígenas. Ao perceber o clima de guerra que se formava, o governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Funai, ordenou que os posseiros saíssem. Ao notarem a atenção que recebiam naquele momento, os Xavante fizeram manchete ao destruírem uma ponte de madeira que dava acesso ao assentamento dos sem-terra, bloqueando o trânsito de caminhões. (GARFIELD, 2014).

Em 1976, uma área Xavante é ali demarcada, com 51.000 hectares, deixando de fora a área da Fazenda Xavantina. Esta agora fazia limite com duas reservas Xavante: a leste, Couto Magalhães e a oeste, Culuene. (GARFIELD, 2014). Em 1978, Celestino e outros indígenas da região de Couto Magalhães, que vivam nas missões salesianas, mobilizam-se para demandar a reintegração de posse de Parabubure, junto com os demais territórios, então ocupados pela Fazenda Xavantina e outras. Durante a 10ª Assembleia de Chefes Indígenas em 1977, realizada em Tapirapé/MT, o chefe indígena afirmou:

Eu vou para Parabubure para fazer uma aldeia nova. Quando as chuvas pararem, eu vou para Parabubure novamente. Lá, Parabubure, é a aldeia do meu avô, meu pai. Lá, eu também nasci. Americanos mataram os Xavante. [...] Meu avô, meu tio, muitos Xavante ficaram e foram enterrados em Parabubure. Depois os americanos passaram trator em cima do cemitério Xavante e fizeram a sede da fazenda. Agora eu vou voltar. [...] A fazenda acabou. (MOURA, 1980 apud GARFIELD, 2011, p. 266).

Celestino e outros sessenta indígenas mudaram-se de Sangradouro para a reserva Couto Magalhães em dezembro de 1978. Começa outro momento de conflito entre os

indígenas e a Fazenda, com ambos recorrendo ao governo para auxiliá-los na questão. Em janeiro de 1979, Celestino viajou a Brasília com outro líder para reivindicar o direito às suas terras ancestrais e pedir assistência à Funai para trazer outros índios de Sangradouro. (GARFIELD, 2011; 2014).

Lopes da Silva (1986) explica que os Xavante de Couto Magalhães e Culuene foram aliados potenciais e houve acordos explícitos entre seus líderes para enfrentar a Fazenda Xavantina, que era igualmente odiada por todos. No mesmo sentido, Garfield (2011; 2014) explica que se antes o faccionalismo Xavante era um entrave ao entendimento dos indígenas quanto às suas demandas por terra, agora todos os grupos indígenas concordavam que era necessário demarcar uma nova reserva – que compreenderia, inclusive, a sede da Fazenda, o que foi posteriormente endossado pela Funai.

Com a população das duas reservas chegando a 1.220 – 792 em Culuene e 428 em Couto Magalhães – mais terras eram necessárias. Em dezembro de 1979 alguns indígenas foram a Brasília fazer pressão pelo decreto presidencial de criação da reserva e se mobilizaram para a guerra. Também expulsaram o chefe de posto de Couto Magalhães e anunciaram que atacariam a Fazenda no natal daquele ano. No dia 21 de dezembro de 1979, o presidente João Figueiredo assinou um decreto criando uma nova reserva chamada Parabubure (diminutivo de Parabubu). Unindo as reservas de Couto Magalhães e Culuene, Parabubure incorporou 89.920 hectares da Fazenda Xavantina (incluindo sua sede), assim como outras 35 fazendas e terrenos de posseiros, totalizando 224.447 hectares. (GARFIELD, 2011; 2014).

Sobre o nome Parabubure, De Paula (2007, p. 270) explica que esse foi dado a terra indígena porque, no momento em que o Estado nacional aceitou a unificação das duas antigas reservas, a liderança mais proeminente havia se tornado um grande chefe político. Enquanto a aldeia – na qual ele nasceu – é chamada de Parabubu, a TI é Parabubure, cujo partícula “re”, quando no final de palavra Xavante implica em diminutivo. Segundo o autor: “Podemos supor assim, que a terra indígena, na perspectiva do chefe político xavante que lhe nomeou, seria ‘menor’ em termos simbólicos do que sua aldeia, o que não seria nada surpreendente em se tratando da lógica socioespacial xavante”. O autor ainda explica que, enquanto alguns Xavante de Parabubure entendem que a liderança desse indígena foi fundamental para a unificação das duas antigas reservas e não teria acontecido se não fosse a tenacidade do líder, para outros o nome Parabubure

jamais poderia ter ganhado a dimensão que teve ao ser transformado no nome da TI como um todo.

Ainda que a TI tenha sido demarcada, ainda hoje os indígenas têm o território invadido e sofrem com reflexos do desmatamento ambiental provocado pelos não índios. Conta um dos indígenas entrevistado²⁴:

Não está muito bom não [a relação dos indígenas com os brancos], ainda está invejando, tomando tudo terra, não quer sair. De quem é essa terra? É do índio. Deus criou o Brasil, deu terra, não é só Xavantina não, tudo também, não é só aqui, Deus criou o branco de outro país, de outro lado. Aí Pedro de Cabral descobriu lá na aldeia [...]. Meu avô contou pra mim. [...]. Eu estou muito triste, pensando muito, contou minha avó. Cadê nossa terra? Acabou. Não tem mais nada, derrubaram tudo, cadê a caça, cadê o peixe? Rio das Mortes, antigamente, a tarde, pulando muito peixe. Agora, cadê? Acabou. O branco é assim mesmo. Lá no Rio do Couto, ixi, tinha bastante peixe. Lá embaixo tem muito fazendeiro, aí acabou peixe também. Secou, do Couto, do rio. Branco é assim mesmo, branco não pensa para nós. Só está pensando [o branco]: eu sou brasileiro. Não é não, não é brasileiro, é estrangeiro. Aí Pedro de Cabral aí descobriu, aí tomou tudo, não tem mais terra, tudo marcado, tudo reserva, tudo pouquinho (Xavante Pedro).

A narrativa acima é do Cacique de uma das maiores aldeias da TI Parabubure, a Santa Maria, que é considerada um centro cultural e político, tanto que é ali que fica localizada o *Hö*, que é a casa cerimonial onde os adolescentes de várias aldeias da região ficam reunidos durante o período de ensinamentos para iniciação à vida adulta e também o local onde festas tradicionais dos Xavante são realizadas. (FUNAI, 2011). Essas informações, que reforçam a importância dessa liderança perante os indígenas daquela TI, mostram o seu posicionamento e também do seu grupo ao afirmar que não apenas Xavantina, mas todo o Brasil é dos indígenas e foi tomado pelo homem branco, que os restringiu a pequenos espaços. E, para que o espaço fosse retomado, foi necessária uma intensa pressão política, realizada em Brasília, com performance dos indígenas nos ambientes públicos de maneira a chamar a atenção para sua causa.

Acerca dos problemas ambientais relatados pelo indígena, o próximo tópico faz referência a uma das terras indígenas mais desmatadas do Brasil enquanto ocupada por não índios (segundo dados do Inpe apud CESSA, 2018), a TI Marãiwatsédé, o que mostra como os indígenas têm como obstáculo não apenas ter de volta seu território, mas também a condição que o encontram pós retorno a sua terra.

²⁴ Entrevista realizada pela autora em julho de 2015 na cidade de Nova Xavantina.

Expulsão e retorno a Marãiwatsédé

Marãiwatsédé se localiza na região conhecida como Norte Araguaia, no nordeste do Mato Grosso, e abrange os municípios de São Félix do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia e Alto Boa Vista. Uma passagem pelo histórico da área retorna ao início da década de 1960, quando o estado de Mato Grosso a vende ao empresário paulista Ariosto da Riva, o qual dá ao espaço o nome de Suiá-Missu, em referência a um rio da região.

Embora seja documentada a presença dos Xavante no espaço antes de terem sido de lá expulsos, enquanto o processo de desintrusão acontecia, não índios disseminam que os Xavante não pertenciam àquele território, afirmando que eles eram de outro local, como será visto posteriormente. Como Tafner Júnior e Rosa (2017) explicam, diferentes documentos apontam que havia o conhecimento da presença dos indígenas por parte dos governos federais e estaduais, bem dos empresários que adquiriram a área.

Inicialmente, o objetivo de Ariosto da Riva era transformar a área em um loteamento urbano e rural por meio de um projeto de colonização particular. Contudo, ao verificar a baixa qualidade do solo, desiste da empreitada e se associa ao Grupo Ometto, que injetou capital na área, vendendo posteriormente sua parte. Assim, em 1962, já nas mãos de empresários paulistas da família Ometto, da indústria sucroalcooleira de São Paulo, o objetivo passa a ser explorar a pecuária no local. (RODRIGUES, 2018).

O atual Cacique de Marãiwatsédé, Damião Paridzané, narrou a chegada de Ariosto da Riva²⁵:

[Mostrando um mapa desenhado com o dedo no chão]. Aqui foi levantada a primeira aldeia. Depois mais uma aldeia antes da chegada de Ariosto. Fundada por meu pai. A geração dele se locomovia muito. Nessa época o Ariosto fundou a sede da Suiá Missú. Tinham o interesse de tirar a gente daqui.

Rite (2017, p.22), filho do Cacique Damião Paridzané, conta, em sua dissertação – construída coletivamente pelo povo Xavante, em suas palavras –, que foi feita uma pista de pouso perto da aldeia *Êtêpa* e que nessa se deu o primeiro contato pacífico entre os Xavante de Marãiwatsédé e os não índios:

A pista estava dentro do nosso território e próxima a aldeia, assim, alguns guerreiros foram a esse local, esperaram escondido no mato a chegada do avião. Quando o avião pousou, dois guerreiros conhecidos foram ao encontro

²⁵ Relato oral do documentário *O Vale dos Esquecidos*. (31min18').

dos brancos, outros guerreiros esperaram escondidos na mata. Alguns estavam ansiosos aguardando o que aconteceria no encontro, o sogro de um dos guerreiros lamentava com receio de ver seu genro morrer. Mas, esse guerreiro segurou a asa do avião e os fazendeiros desceram e cumprimentaram esses dois guerreiros. Por isso, eles são heróis dessa aproximação ou contato com os brancos, eles souberam fazer isso sem desencadear conflito com o homem branco.

O relato de Rite (2017) reforça a discussão já apresentada acerca da cosmologia xavante que os coloca em papel de destaque frente ao contato com o homem branco. Novamente, eles entenderam que era o momento certo de agir e assim o fizeram.

Rite (2017) explica que a presença dos não índios se tornou mais intensa em todo o território Marãiwatsédé e que os indígenas começaram a receber ameaças, além de terem sido escravizados trabalhando nas fazendas. Presentes, como roupas, comidas, facas, açúcar eram distribuídos de modo a controlar os indígenas. O autor conta, ainda, que nesse período chegaram missionários católicos da Missão de São Marcos junto com parentes Xavante e os religiosos, juntamente com os fazendeiros, iniciaram um processo de convencimento para o abandono das terras de Marãiwatsédé e deslocamento para territórios de outros Xavante.

Em 1966, os Xavante são retirados de sua área em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), encomendado por Orlando Ometto, cujo destino era a Missão Salesiana São Marcos, a mais de 400 quilômetros de Marãiwatsédé. O Cacique Damião Paridzané conta como foi esse momento doloroso:

Os brancos pediram que viessem os aviões da Força Aérea Brasileira. Na hora do embarque eles nos cercaram como se fôssemos bois. Eles nos empurraram pra dentro do avião sem o nosso consentimento. Essa terra era nossa e fomos arrancados daqui ²⁶.

Rite (2017, p. 23), a partir dos relatos coletados junto aos seus parentes, narra o que aconteceu:

Essa aeronave foi enviada pelo exército, pelo governo brasileiro para nos retirar de nosso território. Quando amanheceu, os A'uwê ouviram um barulho da aeronave. Os A'uwê foram avisados naquele momento que essa aeronave estava lá para transportá-los para outro território. Na porta do avião, ouve (sic) uma discussão entre jovens A'uwê que não queriam entrar na aeronave. Era um avião grande, dos militares, que cabia muitos de nós. Os militares estavam lá com aquela aeronave, permitindo aquela violência com meu povo, apoiando o interesse dos fazendeiros. Ninguém queria ir, entrar naquela aeronave e ir

²⁶ Relato oral do documentário *O Vale dos Esquecidos*. (31min18').

para outro território, os fazendeiros e missionários começaram a ameaçar, dizer que iriam matar aqueles que ficássemos lá. Foram forçados a entrar, homens, mulheres, crianças, velhos. Os pertences das famílias ficaram em suas casas, tudo aconteceu rápido, ninguém pegou nada para levar. Alguns pensaram em fugir, mas os fazendeiros avisaram que aqueles que ficassem seriam mortos. [...]. Naquele momento, na entrada do avião, os jovens guerreiros reproduziram a voz da espiritualidade A'uwê Marãiwatsédé afirmando que a partir daquele momento, muitos iriam morrer, prevendo o nosso destino, e foi o que aconteceu. [...]. Foram cinco voos até São Marcos, levando todos os A'uwê Marãiwatsédé.

Dos 300 indígenas levados, cerca de 86 morreram de epidemia de sarampo já nas primeiras semanas no novo território. Dois anos depois, começaram a se dispersar, entretanto, a maior parte permaneceu unida, asilando-se em outras áreas como Culuene, Couto Magalhães e Areões até a formação, em 1985, da aldeia Água Branca, situada ao sul da reserva de Pimentel Barbosa, em Canarana (MT). (FERRAZ; MAMPIERI, 1996).

Mesmo dispersos, os Xavante fizeram expedições anuais a Marãiwatsédé, mantendo o vínculo e sonhando com o retorno a seu território tradicional, que os mais velhos não conseguiram fazer por terem morrido antes. (DELUCI; PORTELA, 2013; RODRIGUES, 2018). Eles visitavam os cemitérios antigos, recolhiam materiais nativos como o pati, árvore usada para a confecção dos arcos e flechas. (CASÁLDÁLIGA, 1971).

Em 1979, a área de Marãiwatsédé foi vendida para a Liquigás/Liquipar (Ursini), subsidiária da Agip Petróli/ENI, que queria fazer da Suiá-Missu um empreendimento modelo, no qual deveria nascer uma cidade, Liquilândia. Com a falência do grupo Ursini, todas as empresas do grupo passaram ao controle da ENI. Ao final de 1989, a partir das dificuldades para manutenção de infraestrutura para a agropecuária, 260 hectares da fazenda foram vendidos ao grupo Garavelo, de São Paulo. (FERRAZ; MAMPIERI, 1996).

O início da batalha pelo retorno do território começa ainda na década de 1980 e teve o apoio de Organizações não governamentais (ONGs) nacionais, internacionais e também da opinião pública, que atentava, naquele momento, para os acontecimentos relacionados às questões socioambientais da região amazônica como um todo (ROCHA, 2018), que culmina com a promessa de devolução da terra durante a Eco 92.

De acordo com Ferraz e Mampieri (1996), foi em novembro de 1991 que ocorreu a formalização de uma proposta e a abertura de um processo administrativo junto ao governo brasileiro para “identificação” do território indígena Marãiwatsédé. Uma primeira reunião ocorreu na sede da Funai, em Brasília, em que estavam Xavante daquele

território, representantes da empresa italiana e da subsidiária brasileira, além de assessores do Núcleo de Direitos Indígena. Um grupo de trabalho oficial foi formado em janeiro de 1992 e realizou a identificação da área. Em abril daquele ano o relatório antropológico e a documentação histórica foram apresentados, com a proposta cartográfica de 200 mil ha, dos quais 168 mil estavam no interior da fazenda Suiá Missú.

No início de junho de 1992, em reunião no Ministério da Justiça, em Brasília, os representantes Xavante encaminharam uma carta à empresa solicitando o retorno à área antes da conclusão do processo administrativo a fim de preparar as roças na estação seca. Na semana posterior, a resposta foi dada na Eco 92, na qual representantes da empresa Agip Petrolí se comprometeram oficialmente em devolver a área a seus povos originários afirmando, inclusive, que a fazenda era uma “perda de tempo” para a empresa. (FERRAZ; MAMPIERI, 1996).

Contudo, a promessa não foi bem recebida pelos políticos e fazendeiros da região, que passam a incitar invasões por pequenos e grandes agricultores, utilizando jargões deslegitimadores da presença indígena na região (como "aqui não é terra de índio"), de maneira a criar uma situação supostamente irreversível no futuro. (BRASILIENSE, 1992).

Houve uma reunião no Posto da Mata – naquele momento uma vila recém-criada no centro da TI, no entroncamento da BR 158 com a MT 424, na qual habitavam cerca de duas mil pessoas – no dia 20 de junho de 1992, previamente agendada e transmitida via rádio para municípios próximos em que se incentivava a invasão do território, contando, inclusive, com a presença do prefeito de São Félix do Araguaia, José Antônio de Almeida, “Baú”, e outros políticos. (ROCHA, 2018; TAFNER JÚNIOR, 2015). Rocha (2018) afirma que a partir dessa reunião cerca de 2.000 pessoas iniciaram um processo de ocupação da área da Fazenda Suiá-Missú com a promessa, por parte dos organizadores, de que cada posseiro receberia uma gleba de terra de 22 alqueires (52,24 hectares). Assim, as terras ora prometidas aos Xavante pelo grupo Agip durante a ECO-92 acabaram sendo ocupadas ilegalmente por posseiros da região e de outros estados.

Ferraz e Mampieri (1996), que comandaram o processo de identificação do território e viram os cartazes da reunião, relatam inclusive que havia um mapa-guia da invasão no qual era destacado que havia um acordo prévio, no qual a “área liberada” era exatamente a terra identificada pela Funai como território indígena. Logo, seguem os autores, havia uma orientação explícita para as áreas assinaladas no mapa não fossem

ocupadas, pois ali estava o gado (cerca de 32 mil cabeças) e o maquinário da Suiá, liquidados dois meses depois e comprados por dois políticos presentes na reunião.

Além disso, houve um leilão, noticiado pelo jornal *Folha de São Paulo*, no dia 17 de novembro de 1992, em que as terras limítrofes a área em litígio entre índios e posseiros, área que também pertenciam à Agropecuária Suiá-Missú, eram vendidas. (ROCHA, 2018). Como lembra Rosa (2015), enquanto os representantes internacionais da *Agip Petrolí* anunciavam a devolução da terra aos Xavante, a *Agip do Brasil*, por meio de seus dirigentes e gerentes da fazenda, adotou uma postura de tentar reverter o anúncio feito pelo presidente da matriz da empresa.

Na tentativa de impedir que o leilão fosse realizado, os Xavante, juntamente com membros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), fizeram um protesto na porta do Castro's Hotel, em Goiânia. Os Xavante acabaram sendo impedidos de participar. (ROCHA, 2018).

A portaria 363 /1993, do Ministério da Justiça, declarou o território Marãiwatsédé como espaço de ocupação tradicional indígena. Em 1995, uma ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) na Justiça Federal do Mato Grosso que, em caráter liminar, deferiu a desintrusão dos posseiros. A decisão, contudo, foi suspensa até que a Funai e a União finalizassem a demarcação. (MOTTA; OLIVEIRA, 2015).

Em dezembro de 1998, a demarcação da TI Marãiwatsédé foi homologada por decreto presidencial assinado por Fernando Henrique Cardoso. Em novembro de 2000, a Justiça Federal autorizou o retorno dos Xavante a seu território. Porém, os posseiros entram com requerimento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e obtiveram autorização para continuar na área. (MOTTA; OLIVEIRA, 2015).

Os Xavante decidiram, em 2003, acampar ao longo da BR 158, rodovia usada para chegar ao seu território. Cosme Rite, filho do Cacique Damião Paridzané, explica que naquele momento a pressão era demonstrada não apenas com o acampamento, mas também com as visitas constantes às sedes das justiças na capital do estado de Mato Grosso, em Cuiabá, e em Brasília, Distrito Federal. (RITE, 2017).

Em 2004, recurso do MPF ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi aceito por unanimidade, e a decisão de 1º grau foi restabelecida. Assim, os Xavante receberam autorização judicial para retornar a uma área de 15 mil hectares em Marãiwatsédé, onde fundaram uma nova aldeia. Em 2007, nova sentença da Justiça Federal determinou a retirada de todos os não índios da terra indígena e os condenou a reflorestar áreas desmatadas. Contudo, no final desse ano, novos recursos dos posseiros e fazendeiros

foram protocolados no TRF1, que suspendeu o cumprimento da decisão de 1º grau. (MOTTA; OLIVEIRA, 2015).

Ao final de 2010, um acórdão do TRF refutou a ilegalidade da demarcação e considerou a presença de não índios na área como “ilícita e de má-fé”. Em fevereiro de 2011, o MPF pediu a continuidade do cumprimento da sentença para a desintrusão, o que foi acolhido pela Justiça Federal do MT, que fixou o prazo de 20 dias para o início. No dia 27 de junho do mesmo ano, a lei estadual nº 9504 foi publicada, na qual a Assembleia do estado autorizava o governo a oferecer à União uma área em permuta para que os Xavante fossem alocados no Parque Estadual do Araguaia.

Para além da inconstitucionalidade da lei, que removeria grupo indígena do seu território de origem, é possível notar, como apontam Deluci e Portela (2013), a articulação política das autoridades do estado e dos interesses econômicos que incidiam sobre a área, com o plantio de grãos, pecuária e especulação imobiliária e processos associados, como o asfaltamento da BR 158.

Após a negação da proposta pela comunidade indígena (com carta endereçada ao desembargador da Procuradoria Regional da República da 1ª Região pelo Cacique Damião Paridzané, em que afirma que a Constituição proíbe a retirada dos indígenas de seu território) em 29/06/2011, a Justiça Federal do Mato Grosso acolheu o requerimento do MPF para a continuidade do cumprimento da sentença para a desintrusão e determinou um prazo de 20 dias para a desocupação. Novamente, outra decisão (do TRF1) garante a permanência das famílias de não índios em Marãiwatsédé e suspende o cumprimento da sentença, ainda em face da possibilidade de permuta. (MOTTA; OLIVEIRA, 2015).

Até maio de 2012 os trâmites legais permaneceram estagnados quando, a partir da negativa da permuta pelo MPF, Funai e União, o TRF1 determinou a retomada do processo. Em julho do mesmo ano, Funai e MPF apresentaram o plano de desintrusão da área à Justiça Federal, que deu parecer favorável e determinou que os ocupantes não índios deixassem a área em 30 dias ou seriam retirados. No dia 13/09/2012, a Associação dos Produtores Rurais da Área Suiá-Missu (Aprosum) conseguiu, perante o TRF1, suspender novamente a desintrusão por meio de uma medida cautelar. Porém, o MPF recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao STF e conseguiu restabelecer, em 18/10/2012, a efetividade das decisões que haviam declarado a terra como pertencente aos Xavante. (MOTTA; OLIVEIRA, 2015).

Em 2012, quando ainda tramitava a manobra de permuta de terras, ocorreu, na cidade do Rio de Janeiro, a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)* e os Xavante tiveram espaço na conferência para expor as suas reivindicações e condições que viviam e entregaram uma carta ao presidente da República pedindo providências. (TAFNER JÚNIOR; SILVA, 2014). A participação do Cacique Damião Paridzané nas duas Conferências (*Rio 92* e *Rio+20*) foi fundamental para visibilizar a situação dos Xavante para o Brasil e para o mundo. (PARIDZANÉ; ALMEIDA, 2018).

Rosa (2015) explica que não havia dúvidas para os Xavante e seus aliados que a *Rio+20* forneceria espaço de luta pela causa. De acordo com a autora, lideranças Xavante foram preparadas para divulgar sua causa por meio de performances e uma campanha publicitária que se alastrou entre os aliados, com uma imagem do perfil do Cacique Damião Paridzané sinalizando com os dedos as duas décadas que se passaram entre a ECO 92) e a Rio+20, ou seja, entre a promessa da devolução das terras de Marãiwatsédé e o evento em 2012.

O prazo final para a saída voluntária dos não índios da área foi o dia 05 de dezembro de 2012, contudo, foi necessário montar uma força policial haja vista que os ocupantes não deixaram o local. Segundo Monteiro (2014), a operação de desintrusão foi iniciada em 10/12/2012 por meio de uma força-tarefa do governo federal, formada por representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, do Incra, da Fundação Funai, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional e do Exército.

Foram verificados 619 pontos, entre residências e comércios, tanto na área rural como no distrito de Posto da Mata, e foram cadastradas 235 famílias para assentamento em projeto da região. Em 19/12/2013 o Incra publicou, no Diário Oficial da União, a criação do Projeto Assentamento *Casulo*, denominado “PAC Vida Nova”, no município de Alto Boa Vista, para receber 30 famílias. Além do Projeto Casulo, foram oferecidos lotes no assentamento Santa Rita, na cidade de Ribeirão Cascalheira. (FUNAI, 2013; MONTEIRO, 2014). Como foi possível perceber ao longo do texto, havia grande diferenciação social entre os ocupantes, ou seja, havia desde pequenos posseiros, empresários do agronegócio a políticos dentro de Marãiwatsédé e muitos deles se enquadravam no perfil de “clientes de reforma agrária”.

Ao perceber a cronologia das informações, é possível notar como não houve planejamento para atender os pequenos agricultores que estavam dentro do território indígena, de maneira que primeiro foi realizada a retirada para depois ser criado um assentamento. Os moradores pobres ficaram desamparados. Ferraz (2016) conta que, em virtude da demora do Estado, muitos moradores, público de projetos de assentamento, foram embora ou foram abrigados em escolas de Alto Boa Vista.

Sobre o projeto *Casulo*, citado anteriormente, Ferraz (2016) explica que esse é um exemplo do descaso do poder público com as famílias. Embora o investimento do Incra tenha sido de R\$ 310.400, não há no local saneamento, água ou energia. Em 2016 o Incra afirmou haver 97 famílias assentadas ali, contudo, Ferraz e sua equipe de reportagem, ao visitar o local, viram apenas sete casas construídas – algumas pelo próprio morador, sem ajuda do Estado.

Voltando aos Xavante, durante todo esse período em que as disputas judiciais aconteceram, os Xavante pouco foram ouvidos pela mídia (MOTTA; OLIVEIRA, 2015) e, quando o foram, quem falou em nome dos Xavante foi o Cacique Damião Paridzané, o principal portador da memória indígena daquele território. (ROSA, 2016). Na situação em que o Cacique falou para o jornal *Diário de Cuiabá*, destacou a importância do cumprimento da lei frente às ameaças que os indígenas vinham sofrendo – como incêndio criminoso à sua área ou mesmo ameaça de morte. Segundo ele, “nós vamos ficar aqui na aldeia o tempo todo. Deixem os fazendeiros falar em ameaça e conflito. Hoje em dia, nossa força é o papel. É a caneta. Não temos culpa se eles é que estão perdendo na Justiça”. (ÍNDIOS, 2012).

O fato de não terem sido ouvidos pela mídia não significa que os Xavante não tenham utilizado de outros meios para divulgar a sua versão dos fatos e receber apoio à sua luta. A fim de rebater as críticas que lhes eram dirigidas – em especial a de que eles não seriam povos originários daquele território – fizeram vídeos e colocaram em plataformas digitais, como o *YouTube*, ou ainda criaram sites. Rosa (2016) destaca a página *Marãiwatsédé. Terra dos Xavante*, os vídeos *Homem branco em Marãiwatsédé*, *Gado em Terra Xavante*, e *Versão dos Índios de Marãiwatsédé sobre o conflito entre Xavante e produtores*, disponibilizados via *YouTube*; também o documentário *Vale do Esquecidos (2010)*, além de links de páginas de aliados políticos como o Instituto Socioambiental (ISA), a Nação Indígena e o Conselho Missionário Indigenista (CIMI). Por meio dessas plataformas, os Xavante davam suas versões dos fatos.

Considerações finais

A violência contra os povos indígenas no Brasil é relatada desde o contato com o não índio quando da chegada dos portugueses, contudo, é a partir da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (2014) que as violações aos direitos dos povos indígenas são sistematizadas em um documento oficial do Estado a fim de se conhecer a verdade sobre um período em específico – 1946-1988.

O que o relatório da CNV mostra é uma política nacional de destruição dos povos indígenas do Brasil (não muito diferente do que é visto agora, durante o governo Bolsonaro), de maneira sistemática e em conluio com o grande capital, que sempre menosprezou a ocupação de territórios que não tivessem o intuito de gerar renda e lucro.

As ações que atingiram e atingem diretamente os Xavante – que não formam uma unidade política e que são organizados a partir de faccionalismo – envolvem as mais perversas ações que violam a integridade do ser humano, indo desde remoção forçada, assassinato pelos meios mais cruéis possíveis – como cremação de índios vivos, caçadas organizadas, contaminação de roupas –, além de falta de saneamento básico, água potável, morte por desnutrição, abandono, entre muitas outras formas bárbaras de extirpação da vida humana.

Contra todas essas barbáries os Xavante resistem, com diferentes estratégias, construídas a partir da história de cada grupo inserido dentro do que se chama de etnia Xavante. A pesquisa aqui relevada mostrou que as estratégias dos Xavante da região de Couto Magalhães e Culuene – que vão se unir ao ser transformada na TI Parabubure, envolveu o aprendizado dos mecanismos de pressão da sociedade envolvente, com viagens constantes à Brasília, ocupação dos escritórios burocráticos com performances para chamar a atenção as suas requisições. Os termos da batalha se deram com grande visibilidade de suas ações externadas na mídia, que procurava todos os meios possíveis para fazer críticas à ditadura militar que se vivia.

A estratégia do grupo situado em Marãiwatsédé também envolveu procura por visibilidade midiática a causa, com participação em eventos de grande atenção, como a *Eco-92* e com o apoio de ONGs e de indigenistas, além de peregrinações aos centros de decisão – como Brasília e Cuiabá, não apenas na Funai como em outras instâncias de poder. Entretanto, em virtude das alterações jurídicas advindas do novo contexto histórico, haja vista que a luta por Marãiwatsédé se dá após 1988, há uma maior atenção às disputas jurídicas que envolvem o caso.

Se os Xavante de Parabubure tinham o apoio da mídia hegemônica para resistir às violações impostas a seu grupo, o grupo de Marãiwatsédé conta com o Ministério Público Federal como um defensor de seus direitos, reconhecidos a partir da nova Constituição Federal, além de um novo paradigma indigenista, que respeita as diferenças étnicas e culturais e não tem mais a premissa de transformação dos indígenas em cidadãos produtivos, como visto no início do SPI.

É neste contexto que o Ministério Público Federal age, concomitante à batalha diária do povo de Marãiwatsédé, que adotou diferentes estratégias para ter seu território de volta, fosse pintando seus corpos para avisar aos não índios que estavam prontos para a guerra ou mesmo fazendo uso da mídia para explicar que a lei os amparava.

Referências

BRASILIENSE, Ronaldo. Invasores ocupam terra doada aos xavantes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, junho 1992. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920625&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 12 fev. 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. Mato Grosso: [s.n.], 1971.

CESSA, Raphael Maia Aveiro. Ocupação por posseiros e alteração da vegetação em Marãiwatsédé, Terra Indígena Xavante. **Geografar: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPR**, Curitiba, v.13, p. 199-134, 2018.

DAVIS, Shelton H. **Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

DE PAULA, Luís Roberto. **Travessias: um estudo sobre a dinâmica sócio-espacial Xavante**. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-22112007-153535/pt-br.php>. Acesso em: 01 fev. 2017.

DELUCI, Luciana Akeme Sawasaki Manzano; PORTELA, Cristiane de Assis. Marãiwatsédé: memória de luta, resistência e conquista. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Conhecimento histórico e diálogo social**. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372723015_ARQUIVO_TextoLucianaAkemeANPUH.pdf. Acesso em: 01 fev. 2020.

ESTERCI, Neide. O mito da democracia no país das Bandeiras. **Pesquisa antropológica**, Rio de Janeiro, n. 18, 1977.

FERNANDES, Estêvão Rafael. **Entre cosmologias, estratégias e performances: incursões Xavante à Funai**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

FERRAZ, Iara; MAMPIERI, Mariano. Um mito refeito. In: RICARDO, Carlos Alberto (org.). **Povos Indígenas no Brasil: 1991-1995**. São Paulo: ISA, 1996. p. 675-678.

FERRAZ, Lucas. No Mato Grosso, os novos problemas de uma velha disputa. **Pública**, 12 set. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/09/no-mato-grosso-os-novos-problemas-de-uma-velha-disputa/>. Acesso em: 19 set. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Concluída a desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé (MT)**. 29 jan. 2013. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/596-concluida-a-desintrusao-da->. Acesso em: 19 set. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL DE XAVANTINA. Diagnóstico rápido indígena das aldeias jurisdicionadas à CTL Xavantina TI Parabubure. 2011. Disponível em: <https://funaixavantina.files.wordpress.com/2011/03/relatc3b3rio-drpi-ctlx-2011.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Terras indígenas**. 2016. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 01 jul. 2016.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil**: política indigenista, a Marcha para Oeste e os índios Xavante (1937-1988). São Paulo: UNESP, 2011.

GARFIELD, Seth. Onde a terra toca o céu: A luta dos índios Xavante por terra, 1951-1979. In: COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A.; WELCH, James R. (org.). **Antropologia e história Xavante em perspectiva**. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2014, p. 39- 66.

GIACCARIA, Bartolomeu; HEIDE, Adalberto. **Xavante**: povo autêntico: pesquisa histórico-etnográfica. 2.ed. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1984.

GRAHAM, Laura. **Perfoming dreams**. Austin: University of Texas Press, 1995.

ÍNDIOS: “Nossa força é o papel”. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá, ed.13378, 05 de ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indígenas do Brasil**. [S.I.], 2016. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/07/2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas do Brasil: Xavante**. 2020. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xavante#Saiba_mais. Acesso em: 10 set. 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terras Indígenas no Brasil. Terra Indígena Wedezé**. 2011. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/5228#demografia>. Acesso em: 10 set. 2020.

LOPES DA SILVA, Aracy. Dois séculos e meio de história Xavante: In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 357-378.

LOPES DA SILVA, Aracy. **Nomes e amigos**: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

MAYBURY-LEWIS, David. **A sociedade xavante**. Rio de Janeiro: Francisco Alves ed., 1974.

MAYBURY-LEWIS, David. **O selvagem e o inocente**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MENEZES, Cláudia. Os Xavante e o movimento de fronteira no leste mato-grossense. **Revista de Antropologia**, v. 25, p. 63-87, 1982.

MONTEIRO, Ludmila Bortoleto. A problemática da desintrusão dos não índios na terra indígena Marãiwatsédé. In: MEZZAROBBA, Orides *et al.* **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas**. Curitiba: Clássica editora, 2014, p. 82-96.

MOTTA, Diego Airoso da; OLIVEIRA, Natália Araújo de. A leitura da mídia ao processo de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé. **Interseções**, v.17, n.2, p. 429-458, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/20156>. Acesso em: 19 set. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica Mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Natália Araújo. **História, memória e exclusão: os Xavante e as políticas nacionais de desenvolvimento em Nova Xavantina – MT**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172931>. Acesso em: 18 set. 2020.

PARIDZANÉ, Elidio Tsörôné; ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. A desintrusão de Marãiwatsédé: narrativas indígenas de um retorno. **História e diversidade**. Cáceres, v.10, n.1, p. 58-72, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/3229>. Acesso em: 01 jun. 2019.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. **A experiência Xavante com o mundo dos brancos**. Araraquara: UNESP, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RITE, Cosme. **Uso do território a partir do modo de ser A'uwê Marãiwatsédé - Ti'a na dahoimanadzé Wahi'rata nori tsi Marãiwatsédé hoimandzébdzo hã**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável junto a Povos e Territórios Tradicionais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável junto a Povos e Territórios Tradicionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/33091/3/2017_CosmeRite.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

ROCHA, Leonardo. **Da terra onde se retira o pão também se constrói o território: as transformações socioterritoriais sofridas pelo povo Xavante em decorrência do avanço do agronegócio na terra indígena Marãiwatsédé**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2018.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. Marãiwatsédé, uma tragédia anunciada. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 181-211, 2018.

ROSA, Juliana Cristina da. **A luta pela terra Marãiwatsédé: povo xavante, agropecuária Suiá Missú, posseiros e grileiros do posto da mata em**

disputa (1960-2012). 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2015.

ROSA, Juliana Cristina da. O uso da mídia eletrônica pelos Xavante e pelos *posseiros da Suiá* no caso da luta pela terra Marãiwatsédé (1960-2012). **Escritas**, v. 8, p. 28-46, 2016.

SBARDELOTTO, Pe. Pedro. Sugestões para criação de reservas para os índios Xavante do Pe. Pedro Sbardelloto. In: CHOVELON, Pe. Hipólito; FERNANDES, Me. Francisco; SBARDELOTTO, Pe. Pedro. **Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas.** Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1996, p. 85-131.

TAFNER JÚNIOR, Armando Wilson. **Expansão da fronteira agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia:** a trajetória das famílias Ometto e da Riva e a colonização do Norte Mato-grossense. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TAFNER JÚNIOR, Armando Wilson; ROSA, Juliana Cristina da. A remoção dos Xavante de Marãiwatsédé na década de 1960: o esbulho da terra para a abertura da Agropecuária Suiá Missú S/A. **Mediações**, Londrina, v. 22, n.2, p. 125-145, 2017.

TAFNER JÚNIOR, Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da. Expansão da fronteira agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia: a trajetória dos negócios da família Ometto e seus desdobramentos no Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**, n.31, v. 16, p. 97-115, 2014.

VALE DOS ESQUECIDOS. Documentário. Direção: Maria Raduan. Tucura Filmes, Brasil, 2010. 1 vídeo (1h 14min 56s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bmaaGjC4-Kg>. Acesso em: 15 abr. 2020.

WELCH, James R. et al. **Na primeira margem do rio:** território e ecologia do povo Xavante Wedezé. Rio de Janeiro: Museu do Índio – Funai, 2013.